



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ÉTICA E DIREITOS HUMANOS – GEPEDH**



Equipe de Pesquisa: Graziela Milani Leal, Amanda Rafaela Moreira de Castilho, Juliane Barbosa, Viviane Pires, Francisco Ialá, Dra. Andréia Mendes dos Santos, Profa. Dra. Patricia K. Grossi, Prof. Dr. Francisco Kern e Profa. Dra. Beatriz Gershenson Aginsky (orientadora).

Justiça Juvenil Restaurativa na comunidade: monitoramento e avaliação.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo desenvolver um estudo longitudinal no monitoramento e avaliação de práticas de Justiça Restaurativa desenvolvidas no Sistema de Justiça Juvenil no âmbito da comunidade, Projeto sob liderança do Ministério Público do RS e executado pela Associação Cristã de Moços (ACM) e Centro de Promoção da Criança e do Adolescente (CPCA) nas regiões da Restinga, Cruzeiro do Sul, Bom Jesus e Lomba do Pinheiro, no período de 2010 a 2011.

PROBLEMA DA PESQUISA

Quais são as particularidades das práticas de Justiça Juvenil Restaurativa que estão sendo desenvolvidas no âmbito das comunidades dos Bairros Restinga, Cruzeiro, Lomba do Pinheiro e Bom Jesus, na interface com uma cultura de direitos humanos nas formas de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, tal como preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo SINASE?

OBJETIVO GERAL

Investigar quais as repercussões em termos de garantias e afirmação de direitos humanos da juventude em conflito com a lei, advindas da aplicação de princípios e referenciais teórico-metodológicos da Justiça Restaurativa nas iniciativas de Justiça Juvenil Restaurativa no âmbito da comunidade, em Porto Alegre, com vistas a contribuir com subsídios para o aprimoramento da política de atendimento socioeducativo.

JUSTIÇA RESTAURATIVA

É um “processo através do qual todas as partes envolvidas em um ato que causou ofensa reúnem-se para decidir coletivamente como lidar com as circunstâncias decorrentes desse ato e suas implicações para o futuro” (MARSHAL, Tony 1998, on line).

A Justiça Restaurativa valoriza a autonomia e o diálogo entre as pessoas, criando oportunidades para os envolvidos se expressarem e participarem na construção de ações concretas que possibilitam prevenir a violência e lidar com suas implicações.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRANCHER, L. N.; AGUINSKY, B. G. A justiça em conexão com a vida: transformando a justiça penal juvenil pela ética da justiça restaurativa. Juizado da Infância e Juventude, Porto Alegre, v. 3 e 4, p. 31-36, 2005.

MARTINELLI, M. L. O Uso de Abordagens Qualitativas na Pesquisa em Serviço Social: um instigante desafio. In: Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

Justiça Restaurativa In: Imagem.google.com.br. Acesso em 17/09/2011.

MARSHALL, Tony F Restorative Justice: An Overview. Minneapolis, MN: Center of Restorative Justice Peacemaker, 1998. Disponível no original em inglês através do link: members.multimania.co.uk/lawnet/RESTRJUS.PDF. Acesso em 19/09/2011.

LAVILLE, Christian & DIONNE, Jean. A construção do saber. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei federal 8069/90.

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: CONANDA, 2006.

METODOLOGIA

- A pesquisa utiliza da complementaridade da abordagem qualitativa e quantitativa das informações;
- Feição longitudinal por acompanhar temporalmente todo o processo de desencadeamento e implantação das práticas de Justiça Restaurativa na comunidade.

Instrumentos e Técnicas:

- **Observação Sistemática:** rotina das iniciativas de implementação das práticas de JR nas instituições;
- **Entrevistas:** representantes da rede, comunidade, adolescentes, familiares participantes dos círculos restaurativos;
- **Grupo focal:** equipes responsáveis pelo planejamento e implementação das práticas de justiça restaurativa nas instituições envolvidas;
- **Reuniões de Gestão e Fórum de Pesquisadores:** encontros entre gestores, equipe executora do Projeto e pesquisadores das iniciativas de JR;
- **Análise documental:** levantamento e sistematização dos guias de procedimento e planilhas de registro dos círculos e dos questionários de avaliação das atividades de capacitação/sensibilização realizadas com a rede de atendimento;
- **Análise das informações:** através do método de análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

Sujeitos do estudo:

- **Adolescentes:** participantes de procedimentos restaurativos completos (pré-círculo, círculo e pós-círculo);
- **Representantes da comunidade/ profissionais da rede:** participantes de práticas restaurativas e/ou das atividades de capacitação e sensibilização;
- **Técnicos:** coordenadores/supervisor das CPRs.

PRIMEIROS ACHADOS DO ESTUDO

- Recusa em participar das entrevistas;
- Natureza mais coletiva das violências (ambiente escolar);
- A percepção dos participantes sobre os efeitos comunitários e coletivos do procedimento restaurativo são muito valorizados;
- Reflexões sobre o tempo necessário para o enraizamento de propostas inovadoras;
- Trabalho com a cultura dos territórios, no sentido de que, não apenas compreendam o que lhes está sendo proposto, mas se envolvam efetivamente com a proposta.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Atributos qualitativos fortalecem a perspectiva de legitimação e de apropriação da comunidade quanto aos propósitos de iniciativas de Justiça Restaurativa, de fato conectadas às suas necessidades e a sua possibilidade de protagonismo, condição indispensável para a construção de uma cultura restaurativa da e na comunidade.